



RODOLFO GARCIA E A TRADIÇÃO HERMENÊUTICA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

RODOLFO GARCIA AND THE HERMENEUTIC TRADITION IN BRAZILIAN
HISTORIOGRAPHY

ARNO WEHLING¹

Resumo

Estudo sobre a atividade e a produção intelectual de Rodolfo Garcia, em especial suas contribuições no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Destaca a percepção do processo histórico para o autor e o instrumental crítico que utilizou, considerando-o um dos principais historiadores brasileiros a utilizar a metodologia hermenêutica e os procedimentos heurísticos.

Palavras-Chave: Rodolfo Garcia; historismo; hermenêutica; crítica histórica

Abstract

A study on the intellectual production of Rodolfo Garcia, especially his contributions within the scope of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. It highlights the author's perception of the historical process and the critical tools he used, considering him one of the Leading Brazilian historians to use hermeneutic methodology and heuristic procedures.

Keywords: Rodolfo Garcia; historism; hermeneutics; historical criticism

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1968), graduação em Direito pela Universidade Santa Úrsula (1991), doutorado em História pela Universidade de São Paulo (1972), livre docência em História Ibérica (USP, 1980) e pós doutorado em História nas Universidades do Porto e Portucalense. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Emérito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Foi professor visitante das Universidades de Lisboa e Portucalense, Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo desde 2000 e ex-conselheiro do IPHAN/ Ministério da Cultura (1999-2022). É membro da Academia Brasileira de Letras, Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Educação e de institutos históricos brasileiros e academias ibero-americanas de História. E-mail: arno@wehling.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7965-1628>.

A obra de Rodolfo Garcia, a despeito de seu vulto, é pouco conhecida. Contribuíram para isso tanto a mudança do rumo teórico metodológico da História, quanto a dispersão de seus textos, publicados em diferentes locais.

Nascido no Rio Grande do Norte, sua vida foi marcada por três acontecimentos políticos. Estudante da Escola Militar na década de 1890, foi dela expulso sem ter participado das manifestações contra o presidente Prudente de Moraes e logo anistiado. Recusou o perdão e desistiu da carreira militar, indo estudar direito na Faculdade do Recife, onde atuou também como professor de 1895 a 1912. Atuou ainda no jornalismo, engajando-se no apoio ao governador Rosa e Silva, derrubado no choque intraoligárquico da “política das salvaçãoes” do governo Hermes da Fonseca pela ação do todo poderoso Pinheiro Machado. Solidário ao líder político, regressou ao Rio de Janeiro, onde conseguiu empregar-se na biblioteca do Instituto Histórico, em sucessão de Vieira Fazenda, e na Faculdade de Direito, ambos dirigidos por Afonso Celso e secretariados por Max Fleiuss.

Dedicou-se então à sua verdadeira vocação, a de pesquisador de história, etnografia e linguística, tendo colaborado em eventos importantes, como a participação do Instituto Histórico nas comemorações do centenário da independência do Brasil.

A centralidade política e cultural do Rio de Janeiro na década de 1920 continuava a atrair para a capital federal intelectuais e artistas, como acontecera com a Corte na época do Império. A “república das letras” funcionava a pleno vapor na cidade, com seus autores e editores gravitando em torno a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras, o Instituto dos Advogados Brasileiros e a Academia Nacional de Medicina, todas sediadas no “condomínio” do Silogeu brasileiro, denominação que se deve à helenofilia de Ramiz Galvão.

No caso de Rodolfo Garcia, logo percebido como um pesquisador de valor, foi fundamental o apoio recebido dos dirigentes do IHGB, Afonso Celso, também membro da ABL e de Max Fleiuss, que o acompanhava como secretário do Instituto e da Faculdade de Direito. Sua incorporação à “república das letras” se deu a partir de diversos trabalhos de erudição como o *Dicionário de Brasileirismos*, de 1913 e os textos sobre *Etnografia indígena* e *História das explorações científicas no Brasil*, publicados no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico* do IHGB, em 1922.

A medida de seu prestígio foi dada pelo convite de Capistrano de Abreu para auxiliá-lo na elaboração da terceira edição da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. Capistrano, embora voluntariamente se excluísse de uma participação mais intensa na “república das letras” – recusara, por exemplo, ingressar na Academia, embora fosse membro do Instituto - não era de nenhum modo um “outsider” e tinha ele próprio uma coorte de admiradores que se reunia na Travessa Honorina, em Botafogo, liderada por ninguém menos que Pandiá Calógeras, engenheiro, diplomata, ministro de Estado e autor de obras importantes de História diplomática e econômica do Brasil.

A vida de Rodolfo Garcia, até fins dos anos 1920, o confinava ao trabalho intelectual – talvez por opção a partir dos desenganos sofridos quando de seu engajamento no partido rosista pernambucano - até que um terceiro momento político a alterou novamente. Para melhor, como bem avaliou Francisco de Assis Barbosa², pois a Revolução de 1930 expurgou do Museu Histórico Nacional seu fundador, Gustavo Barroso e Rodolfo Garcia foi indicado para o cargo por outro padrinho importante, o historiador Tobias Monteiro, que não desejou o posto.

Permaneceu na função pouco tempo, mas o suficiente para implementar o primeiro curso superior de museologia do país, passando-se logo para a direção da Biblioteca Nacional, onde realizou excelente trabalho no juízo de seus contemporâneos.

Por essa época, 1930, já granjeara prestígio como historiador, sendo saudado por Afrânio Peixoto, no prefácio aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, que tinha introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia, como membro da “trindade benemerita de nossa historiografia – Varnhagen, Capistrano, Garcia”.³

Continuou cultivando a “república das letras”, seja convivendo com seus introdutores – Afonso Celso, Max Fleiuss, Capistrano de Abreu, Afrânio Peixoto– seja com contemporâneos de geração, como Afonso Taunay e Oliveira Viana ou discípulos da geração seguinte, como Américo Jacobina Lacombe, Hélio Viana, Pedro Calmon e Josué Montelo. Este chegou a chamar os encontros que Garcia promovia com eles na Biblioteca Nacional, como a “academia garciana”.⁴ Aliás, o reconhecimento acadêmico não demorou: em 1921 foi

² Francisco de Assis Barbosa. Elogio de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 303, abr-jun 1974, p. 166.

³ Afrânio Peixoto, Prefácio, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Salvador: Progresso, 1956, p. 6 (o prefácio foi publicado pela primeira vez na edição de 1930, da Academia Brasileira de Letras).

⁴ Expressão corrente entre seus admiradores, como mencionam Pedro Calmon e Oliveira Viana. *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, p. 86 e 156, respectivamente.

eleito para o Instituto Histórico e em 1935 tomou posse na cadeira n. 39 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é justamente Varnhagen e que teve como primeiro ocupante um admirador seu, o historiador Oliveira Lima (a quem dedicara o *Dicionário de brasileirismos*).

Na extensa obra de Rodolfo Garcia – espalhada por livros, artigos, anotações textuais e estudos introdutórios a publicações podemos identificar três vertentes que se mantêm praticamente inalteradas ao longo de sua vida intelectual, sem que se possa falar em sucessão de uma pela outra: os estudos etnolinguísticos, os estudos históricos e as edições críticas.

Entre os primeiros podemos destacar *Nomes de aves em língua tupi (contribuições para a lexicografia portuguesa)*, *Dicionário de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)*, *Nomes geográficos peculiares ao Brasil*, *Frases e discursos tupis*, *Nomes de parentesco em língua tupi*, *Notas filológicas – açu e assu*, *Glossário das palavras e frases da língua tupi* e *Exotismos franceses originários da língua tupi*.

Entre os estudos históricos, *História das explorações científicas no Brasil*, *Etnografia indígena*, *Viagens de D. Pedro II*, *D. Pedro II e as línguas americanas*, *As órfãs* e a póstuma *História política e administrativa do Brasil*.

Nas edições críticas, anotadas ou em estudos introdutório, contam-se o *Diário* do Padre Samuel Fritz, a petição de Estácio Simão da Silveira, a *Nobiliarquia pernambucana* de Borges da Fonseca, a *Correspondência* de Joaquim dos Santos Marrocos, a *Correspondência* de Maria Graham, os *Diálogos das grandezas do Brasil*, as *Cartas Jesuíticas* de Manuel da Nóbrega, as *Denúncias do Santo Ofício* da Bahia e de Pernambuco, os tratados de Fernão Cardim e Pero de Magalhães Gândavo, o *Compêndio narrativo do Peregrino da América*, o *Uruguai* de Basílio da Gama e dois livros de Varnhagen, a *História geral do Brasil* e o *Florilégio da poesia brasileira*, entre outras.

As publicações periódicas em que mais colaborou foram a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com 13 trabalhos, os *Anais da Biblioteca Nacional*, com 18 e a *Revista Brasileira* da Academia Brasileira de Letras. Pela Academia publicou ainda as anotações das edições do *Florilégio* de Varnhagen, do *Compêndio narrativo* de Nuno Marques Pereira e das *Cartas* de Manuel da Nóbrega.

Do rigor crítico e do cuidado com o correto estabelecimento dos textos dão testemunho vários de seus contemporâneos e discípulos e tais traços ressaltam de uma análise mesmo superficial. Comentando suas duas contribuições ao *Dicionário*, do IHGB, Pedro

Calmon observou que elas revelavam “ambas as predileções, tanto o indianismo derivativo da pesquisa filológica, como a contribuição dos naturalistas ao descobrimento integral do país. Ou isso e aquilo, em função da cultura brasileira”.⁵

A superior qualidade dessas contribuições, como informação segura de Afonso Taunay, fez com que Capistrano de Abreu convidasse Rodolfo Garcia para com ele colaborar na reedição da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. O trabalho do historiador cearense limitou-se ao primeiro volume, que somente chegou a ver em provas, cabendo a Garcia as anotações, além deste, dos quatro restantes.⁶

Podemos indagar, à luz de tão intensa produção, qual a concepção que Rodolfo Garcia tinha da História.

Contribuições no âmbito do IHGB

Colaborando com o Instituto desde a década de 1910, foi eleito sócio efetivo em 1921, passando a benemérito em 1943. Embora não tenha exercido funções administrativas no Instituto, foi presença constante, quer em sessões, quer nos eventos acadêmicos e nas páginas da Revista,⁷

No ano de 1922, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro esteve todo voltado para as comemorações do centenário da independência, Rodolfo Garcia deu as duas importantes contribuições mencionadas ao *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, a “Etnografia indígena” e a acerca das “Explorações Científicas” no país. Atualizou ambos os assuntos, já tratados anteriormente por vários autores, com as pesquisas mais recentes. Era sua preocupação constante, como lembrou Virgílio Corrêa Filho, a valorização da obra, a seu ver imerecidamente pouco destacada na historiografia, do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira.⁸

Posteriormente, em 1931, voltaria ao tema das explorações científicas, com sua contribuição ao Segundo Congresso de História Nacional, promovido pela instituição. No ano

⁵ Pedro Calmon, Prefácio. In Rodolfo Garcia, *Escritos avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973, s.i.p.

⁶ Afonso d’Escragnotle Taunay, Prefácio. In Rodolfo Garcia, *Ensaio sobre a História política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956, p. 12.

⁷ Vicente Tapajós et alii. *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1993, vol. III, p. 74-75.

⁸ Virgílio Corrêa Filho. Rodolfo Garcia no Instituto Histórico. Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 24 de novembro de 1949.

seguinte, no Congresso Panamericano de Geografia e História, apresentou o trabalho “A visitação do Santo Ofício à Bahia em 1618”, cuja documentação referente às “denúncias” publicaria nos *Anais* da Biblioteca Nacional, volume 49, como já fizera anos antes em relação às de Pernambuco.⁹

Na *Revista* do IHGB suas contribuições podem ser classificadas como de estudos linguísticos, viajantes, sobre Pernambuco, sobre D. Pedro II, anotações a documentos coloniais e sobre bibliografia e cartografia. De sua extensa pesquisa sobre as órfãs quinhentistas vindas ao Brasil para casar-se, deu notícia quando de sua conclusão.

Na área dos estudos linguísticos, suas contribuições foram o *Dicionário de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas*,¹⁰ publicado em 1913, seguindo-se o *Glossário das palavras e frases da língua tupi*,¹¹ de 1923 – baseado na obra de Claude d’Abbéville, *História das missões dos padres capuchinhos a ilha do Maranhão e terras circunvizinhas* – e *D. Pedro II e as línguas americanas*,¹² de 1925, por ocasião do número comemorativo do centenário de nascimento do Imperador. O *Dicionário* e o *Glossário* tornaram-se elementos definitivos da bibliografia especializada de etimologia brasileira,¹³ enquanto o texto sobre o Imperador tratava do interesse pelos povos e línguas dos povos indígenas, inclusive sua colaboração sobre o tema para a *Grand Encyclopaedie* dirigida por Émile Levasseur.

Do *Dicionário de Brasileirismos* disse Oliveira Lima que o autor fizera bem em denominá-lo assim, porque consistia muito mais do que apenas “peculiaridades pernambucanas”.¹⁴ Aliás, foi Oliveira Lima quem realizou gestões para a publicação do *Dicionário* na *Revista* do IHGB.

⁹ Rodolfo Garcia, Livro das denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Ofício a cidade do Salvador. In *Escritos avulsos*, op. cit. p. 5.

¹⁰ Idem, *Dicionário de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas*. *Revista do IHGB*, n. 127, 1913, p. 633-947.

¹¹ Idem, *Glossário das palavras e frases da língua tupi*. *Revista do IHGB*, n. 148, 1923, p. 5-100.

¹² Idem, *D. Pedro II e as línguas americanas*. *Revista do IHGB*, n. 152, 1925, p. 126-131.

¹³ Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. XXVII; *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo-Brasília: Melhoramentos-UNB, 1978, p. 36. Tanto o *Dicionário* quanto o *Glossário* tiveram igualmente repercussão no exterior, como o atestam as manifestações do diplomata e ensaísta argentino Estanislau Zeballos e do historiador uruguaio Oscar Greydt. *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, p. 35 e 143, respectivamente.

¹⁴ Idem, M. de Oliveira Lima, Carta a Rodolfo Garcia, de 2 de setembro de 1915, op. cit., p. 35.

Num texto de 1927, extremamente elogioso a Rodolfo Garcia, o historiador e diplomata cita um correspondente estrangeiro seu, a quem não identifica, que, tendo estado no Brasil,

“de todos os scholars com quem se encontrara...Rodolfo Garcia fora o que mais o encantara pela sua eficiência de saber, objetividade de espírito e inteligência crítica, ao mesmo tempo que pela sua personalidade modesta e amável.”

Ao mesmo tempo em que endossava o juízo sobre o Instituto Histórico – “a nossa principal (*foremost*) instituição científica (...) cuja benemerência não cesso de proclamar” destacava o papel que nele assumira Rodolfo Garcia, por nomeação de Max Fleiuss, para dirigir a biblioteca, onde “ministra sábias informações a quem o consulta”.¹⁵

Sobre os viajantes, seu primeiro trabalho publicado na *Revista do IHGB*, em 1916, tratou do texto de Otto von Kotzebue, o navegador estoniano-germânico que explorou diferentes regiões a serviço do governo imperial russo e e que esteve no Rio de Janeiro em 1823¹⁶; escreveu em seguida sobre Alexandre Caldeleugh, que esteve no Brasil entre 1819 e 1821, na *Revista* de 1921¹⁷, onde também publicou, no mesmo número, o trabalho “Richard Grandscré: viajante francês no Brasil”¹⁸.

A propósito de Pernambuco – sem esquecer que o *Dicionário de brasileirismos* se referia à fala pernambucana – Rodolfo Garcia publicou na *Revista*, em 1918, o artigo “A capitania de Pernambuco no governo de José César de Menezes”¹⁹, um daqueles capitães-generais pombalinos, que governou a capitania de 1774 a 1787.

Sobre o Imperador D. Pedro II publicaria dois originais, ambos no volume comemorativo do centenário, o mencionado texto sobre as línguas indígenas e outro sobre “As viagens de Pedro II”²⁰, que, a despeito da brevidade, precisa fatos relevantes e até hoje constitui referência bibliográfica.

Foi nas páginas da *Revista* do Instituto que deu início a seu trabalho de natureza heurística, com as anotações a documentos coloniais. Em 1917 publicou com introdução e notas o “*Diário do padre Samuel Fritz*”²¹ e no ano seguinte a “*Petição de Simão Estácio da*

¹⁵ Manuel de Oliveira Lima. Rodolfo Garcia. In Oliveira Lima. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971, p. 740.

¹⁶ Rodolfo Garcia. O Rio de Janeiro em 1823 conforme a descrição de Oto von Kotzebue, oficial da marinha russa. *Revista* do IHGB, 1916, n. 134, p. 507-525.

¹⁷ Idem. Alexander Caldeleugh no Brasil. *Revista* do IHGB, 1921, n. 144, p. 555-564

¹⁸ Idem. Richard Grandscré: viajante francês no Brasil, *Revista* do IHGB, 1921, n. 144, p. 539-554.

¹⁹ Idem. A capitania de Pernambuco no governo de José César de Menezes. *Revista* do IHGB, 1918, n. 138, p. 533-560.

²⁰ Idem. As viagens de Pedro II. *Revista* do IHGB. 1925, n. 152, p. 115-125.

²¹ Idem. O Diário do Padre Samuel Fritz. *Revista* do IHGB, 1917, vol. 135, p. 353-397.

Silveira”²², dois documentos fundamentais, respectivamente, para os estudos antropológicos e a percepção geopolítica na virada do século XIII para o XVIII e para a institucionalização da conquista do Maranhão nas primeiras décadas do seiscentismo.

Foi nas anotações ao *Diário* do jesuíta que primeiro demonstrou sua competência como editor de documentos, tratando com equilíbrio questões polêmicas, como a defesa do Padre Fritz acerca da soberania espanhola na região amazônica, como aplicação do Tratado de Tordesilhas, não reconhecendo assim a cédula da Audiência de Quito admitindo a Pedro Teixeira a posse de aldeias dos indígenas omáguas, já que esta não fora homologada por Felipe IV.²³ Ainda no mesmo tema foi relevante sua contribuição à documentação cartográfica: o mapa da região feito pelo padre Fritz aperfeiçoava o mais antigo de Sanson sobre o rio Amazonas e seus afluentes. Ambas as cartas foram utilizadas e comparadas por La Condamine e as conclusões deste, lembrava Garcia, acabaram por fazer cair no esquecimento a contribuição do jesuíta alemão²⁴.

O catálogo da *Bibliografia Geográfica Brasileira* que organizou para o Instituto, além daquele sobre o acervo arquivístico, bibliográfico e museológico, foi outra contribuição de valor, publicado na *Revista* em 1919²⁵. O trabalho foi comparado por José Honório Rodrigues a outros dois importantes instrumentos publicados pela *Revista*, o primeiro índice, realizado por Varnhagen em 1851 e o *Catálogo de documentos mandados buscar por D. Pedro II*, organizado por Capistrano de Abreu, em 1906.

Do mesmo teor, mas aplicado à cartografia, foram as notas bibliográficas ao texto “Três mapas quinhentistas”, publicado em 1920.²⁶

Na edição comemorativa do centenário da independência publicou o catálogo das coleções arquivística, bibliográfica e museológica do Instituto.

Por fim, mas não menos importante, pelo menos para o autor, foi o texto “As órfãs”, saído na *Revista* de 1946²⁷, no qual narrou sucintamente a pesquisa longamente desenvolvida para acompanhar o destino das órfãs enviadas ao Brasil para constituírem família, num esforço dos jesuítas para adequar a colônia aos costumes monogâmicos cristãos.

²² Idem. Petição de Simão Estácio da Silveira. *Revista* do IHGB, 1918, vol. 137, p. 91-99.

²³ Idem, O Diário..., op. cit., p. 361.

²⁴ Idem, p. 372.

²⁵ Idem. Bibliografia Geográfica Brasileira. *Revista* do IHGB, 1919, vol. 139, p.5-105.

²⁶ Idem. Três mapas quinhentistas. *Revista* do IHGB. 1920, vol. 141, p. 59-73.

²⁷ Idem. As órfãs. *Revista* do IHGB, jul-set 1946, vol. 192, p. 137-143.

A história para Rodolfo Garcia

A concepção de história em Rodolfo Garcia vincula-se fortemente à tradição hermenêutica que vinha de Varnhagen e prosseguiria com seus discípulos Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe e Hélio Viana.

Era concepção baseada no entendimento historista do conhecimento histórico, isto é, a perspectiva que reconhecia um caráter próprio, humano e psicologicamente definido, aos estudos históricos, que não poderiam ser reduzidos a explicações de natureza fisicalista originárias das ciências naturais²⁸. Em outras palavras, ainda que fosse possível de alguma forma generalizar as narrativas históricas, era em função de conceitos próprios ao homem que se poderia fazê-lo, não buscando encontrar leis científicas nem determinismos sociais que explicassem o seu comportamento coletivo de modo reducionista. Os neokantianos e particularmente Dilthey foram marcos dessa perspectiva.²⁹

Embora se admitisse diferentes tipos de exposição de natureza filosófica ou metodológica sob esse enfoque, o mais frequente, no Brasil, foi que os historiadores realizassem a abordagem direta de seus temas, sem uma teorização prévia. Varnhagen, Pedro Calmon e Américo Jacobina Lacombe, na tradição brasileira³⁰, pertencem à primeira categoria, a daqueles que se preocuparam com algum tipo de enunciação prévia dos procedimentos metodológicos que utilizaram. Rodolfo Garcia e Hélio Viana, seguramente à segunda.

Em geral de formação jurídica – a exceção foi Varnhagen, engenheiro – os historiadores, realizado o trabalho empírico de indução das informações a partir da pesquisa documental, dedicavam-se em maior ou menor grau a uma operação hermenêutica, de interpretação das informações assim obtidas.

As informações obtidas indutivamente originavam-se de um tema ou pergunta genericamente proposta. Em Rodolfo Garcia, esse foi o caso ao se indagar, para fins didáticos, qual foi a evolução da administração pública brasileira, ou ainda qual o estado atual (em

²⁸ Arno Wehling. *A invenção da história. Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: UGF-UFF, 2001, p. 45.

²⁹ Annette Wittkau. *Historismus: zur Geschichte des Begriffs und des Problems*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994, p. 96.

³⁰ Arno Wehling. *História, Estado, Memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 55; O pensamento histórico de Américo Jacobina Lacombe. *Revista do IHGB*, vol. 380, jul.set. 1993, p. 91; A história em Pedro Calmon: uma perspectiva historista na historiografia brasileira. *Revista do IHGB*, vol. 404, jul.-set. 1999, p. 605;

1922) da pesquisa etnográfica no Brasil, qual o destino das órfãs vindas para o Brasil no século XVI, qual o histórico das expedições científicas no Brasil, como era a relação de Pedro II com as línguas americanas.

Não havia, assim, a formulação de um problema à luz do conhecimento anterior do assunto e da percepção de eventuais brechas informativas ou argumentativas na historiografia, pois o resultado da pesquisa histórica era o estabelecimento de um FATO à maneira positivista, irretorquível e definitivo, exceto se uma nova evidência empírica – quase sempre um documento ou conjunto de documentos rigorosamente submetidos ao processo heurístico da crítica, raramente uma nova teoria – fundamentadamente o modificasse.

A mesma atitude metodológica era aplicada à edição de textos ou à sua anotação. Nessa situação o trabalho consistia no estabelecimento o mais rigoroso possível da integralidade do texto quando de sua redação inicial, trabalho que nos manuais de história à época de Rodolfo Garcia já se definia como de crítica externa ou de autenticidade e que correspondia a procedimentos hermenêuticos codificados numa disciplina técnica, a ecdótica.

O produto de todo esse esforço que poderíamos chamar de uma certa higidez da informação documental seria traduzido num conhecimento histórico sintético, uma síntese solidamente fundamentada na realidade empírica retratada nos documentos.

Desse trabalho procurava-se – como fez Rodolfo Garcia - escoimar os juízos de valor, de modo que os resultados fossem reconhecidamente “científicos” e intersubjetivos, transcendendo opiniões, convicções pessoais e ideologias.

Era atitude francamente cientificista e mais particularmente positivista, sendo que tal expressão deve ser entendida em sua conotação teórica geral e não como adesão estrita às regras da doutrina comteana em nenhuma das suas versões. Em outras palavras, afirmava-se a cientificidade do trabalho, sem buscar leis de inspiração naturalista.

Esse cientificismo difuso, caracterizado pelo rigor da crítica documental, tinha um fundamento que poderíamos denominar epistemológico. Frequentemente pouco ou nada conscientizado além da proclamação de uma atitude científica geral e da proibidade intelectual, ela correspondia à aplicação do bom senso (no sentido do *common sense* empírico inglês) à investigação e à admissão de que havendo uma natureza humana comum, seria possível elaborar identificações, comparações e avaliações independentes da relatividade histórica de cada situação. No máximo se admitia, como o fez o próprio Rodolfo Garcia e fazia Varnhagen, uma distinção entre civilização e barbárie, ou no viés evolucionista entre

selvageria, barbárie e civilização, como admitiu Capistrano em certa fase, cada etapa com suas características psicológicas e culturais próprias.

No conjunto da obra de Rodolfo Garcia, em qualquer das vertentes em que a classificamos, encontramos a mesma perspectiva, o mesmo fundamento epistemológico e a mesma metodologia.

Na vertente linguística seus trabalhos centraram-se numa das variantes da língua portuguesa no Brasil, a dos brasileirismos e nela foi clara sua predileção pelas palavras de origem indígena, particularmente tupi. Desse tipo foram os estudos *Nomes de aves na língua tupi*, *Frases e discursos tupis*, *Exotismos franceses originários da língua tupi* e o *Glossário das palavras e frases da língua tupi*. Esses trabalhos foram precedidos pelo *Dicionário de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas*, onde são encontrados também os registros de origem tupi.

O *Dicionário* foi concebido como simples aditamento ao *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, publicado em 1899, mas o acréscimo tomou tal vulto que a edição na *Revista* do IHGB ocupou cerca de 300 páginas. Se a ele somarmos as demais pesquisas relativas às línguas indígenas, poderemos aquilatar a contribuição do autor para o tema e o peso deste no conjunto de sua obra.

Rodolfo Garcia partia de duas teses para explicar a origem dos brasileirismos: a do significado das “causas externas”, isto é, extralinguísticas ou históricas para as modificações sofridas pela língua portuguesa no Brasil e a sua presença diversificada nas diferentes regiões do país, no que acompanhava as tendências metodológicas dominantes para a abordagem do tema³¹.

Na estrutura dos verbetes o autor, após a definição do significado do vocábulo ou de variações de acepção, identificava a área geográfica de incidência, referências etimológicas, abonação textual e eventuais notas sobre fontes ou bibliografia.

Na vertente historiográfica, com os trabalhos mencionados, devemos observar alguns aspectos.

A inclusão da *Etnografia indígena* pode suscitar a pergunta de por que não a considerar em categoria à parte, como estudo etnográfico. Embora o enfoque seja possível, trata-se de uma espécie de histórico ou balanço do que até então – 1922 – se produzira na matéria, para um Dicionário que se propunha histórico, geográfico e etnográfico.

³¹ Rodolfo Garcia, *Dicionário...Revista* do IHGB, 1913, vol. 127, p. 633.

Extremamente bem-informado e atualizado quanto à bibliografia considerada, não era, porém, a uma pesquisa de natureza propriamente etnográfica como os trabalhos de campo a que se dedicaram os autores que Garcia destaca. Corresponde a uma faceta da outra contribuição do autor ao mesmo Dicionário, a *História das explorações científicas no Brasil*. Ambos os estudos são, assim, prioritariamente textos de natureza histórica sobre os respectivos temas.

Quanto à filiação doutrinária, apesar de seu contato e colaboração com Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia está nesse quesito muito mais próximo a Varnhagen. A visão hobbesiana-hegeliana de Varnhagen a propósito do Estado está tão presente na obra de Rodolfo Garcia que é praticamente naturalizada.

Não é o caso da sociedade e neste ponto se afasta significativamente da obra de Capistrano de Abreu. Embora possamos recordar, como fez José Honório Rodrigues, que existem referências à vida social da colônia em estudos como os que dedicou à edição da documentação inquisitorial em Pernambuco (e, podemos acrescentar, também à mesma documentação na Bahia e na pesquisa *As órfãs*), o tema das relações sociais não está em suas primeiras preocupações e seu tratamento naqueles estudos se explica pela própria natureza das fontes com as quais estava trabalhando – denúncias, acusações e defesas sobre comportamentos sociais, religiosos e políticos considerados desviantes, no caso da atuação portuguesa no Brasil, evolução da vida pessoal de cada uma das órfãs, no segundo caso.

A perspectiva hermenêutica de Rodolfo Garcia é rigorosamente exegética, solidamente ancorada na documentação. A partir das mencionadas perguntas gerais, vai direto às fontes, fazendo pouco uso da historiografia.

O pesquisador em Garcia torna-se um receptáculo das informações hauridas nas fontes, com a diferença para o simples cronista de que não se limita a uma descrição passiva, pois submete-as à crítica, procurando estabelecer sua autenticidade – se não sofreu alguma adulteração, por exemplo – e comparando-as entre si para fixar a narrativa mais objetiva possível, isto é, buscando, como um restaurador ou um detetive, restabelecer a “verdade” factual que o objeto (no caso o documento) permite reconstituir numa determinada sequência de acontecimentos e situações.

É ilustrativo dessa atitude o vivo contentamento que demonstrou, descrito por diferentes testemunhos, ao conseguir casar a última das órfãs quinhentistas, com a descoberta da documentação sobre cada uma.

A perspectiva exegetica e a ancoragem documental, conquanto indicativos de probidade intelectual e rigor científico, acabavam, porém, por tolher-lhe o uso dos conceitos históricos. Três exemplos, entre muitos, são autoexplicativos.

Ao se referir às práticas econômicas aplicadas pelo governo português, embora destaque seu caráter repressor sobre as atividades, utiliza apenas o termo “monopólio”, de senso comum, não fazendo uso de conceitos então já correntes na historiografia, como mercantilismo, sistema mercantil ou capitalismo comercial³².

Referindo-se ao governo de D. José I e à política pombalina, menciona a “aritmética política” do século XVIII, expressão encontrada nos documentos que compulsava, mas não fala em Iluminismo ou Ilustração como categoria de conjunto para a época³³, conceito já longo, que circulava desde pelo menos quando Kant publicou seu opúsculo “O que é Ilustração” (“Was ist Aufklärung?”)

Da mesma forma, constata o espírito de autonomia das câmaras municipais coloniais com numerosos exemplos da documentação, mas abstém-se de atribuir à atuação dos “homens bons” um comportamento oligárquico³⁴, o que o faria recorrer à sociologia e à nascente ciência política, como fazia, entre outros autores, seu contemporâneo e colega do Instituto Histórico e da Academia Brasileira, Oliveira Viana.

Talvez explique essa atitude uma desconfiança ante os esquemas interpretativos gerais pouco fundamentados empiricamente, sobretudo os de inspiração positivista e evolucionista. Se esta hipótese estiver correta, seria possível associá-la – além dos aspectos pessoais - a uma eventual influência de Capistrano de Abreu, que abandonou as ilusões científicas da juventude, de chegar a grandes modelos teóricos, dedicando-se a estudos específicos e à anotação documental³⁵. O mesmo Capistrano dizia, nos anos 1920, que “grassava o Oliveira Viana” e criticava o sociólogo, afirmando que conhecia melhor a metodologia de Le Play que o Brasil.

A reforçar a hipótese existe o inegável gosto de Rodolfo Garcia pela erudição histórica e pela edição de documentos.

Editar, anotar e introduzir documentos eram tarefas que implicavam para ele em identificar o autor ou autores do texto e estabelecer sua integridade, num trabalho metódico e

³² Idem, *Ensaio...*, p. 199.

³³ Idem, p. 261.

³⁴ Idem, p. 91.

³⁵ Arno Wehling. Capistrano de Abreu, a fase cientificista. In *A invenção...*, p. 177.

sistemático, cujo melhor exemplo estava no trabalho desenvolvido pelos beneditinos de Saint Mauro, fundadores da paleografia e da diplomática.

Para não simplesmente ler as fontes, mas recuperar a informação histórica, o passo seguinte era o cotejo com outras fontes, como regularmente fazia. Conhecer a história de Pernambuco anterior à conquista holandesa, disse em nota aos *Diálogos das grandezas do Brasil*, devia-se quase exclusivamente à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, de 1627, cuja comparação com os *Diálogos* permitia concluir que o franciscano os lera³⁶. O cotejo, na obra de Garcia, era procedimento rotineiro indispensável ao estabelecimento, agora não mais do texto, mas do “fato” histórico.

Para o correto cotejo e utilizando basicamente o senso comum, Rodolfo Garcia procedia a um certo controle de qualidade das fontes, hierarquizando seu grau de fidelidade e confiabilidade e permitindo-se, de modo eventual, a construir deduções, cuja formulação hipotética era, entretanto, baseada em algum indício documental ou associação de indícios, como quando indicou a possível origem das epidemias no Brasil colonial³⁷.

Ao procurar identificar doenças incidentes na população cujos sintomas apareciam nos documentos, procurava relacioná-los com a medicina de sua época, para isso valendo-se às vezes da opinião de profissionais, como fez com o médico (e também historiador) Pirajá da Silva. O pressuposto óbvio era o da existência de uma natureza humana, comum e invariável, que permitia validar a informação com base no conhecimento científico contemporâneo, sempre que as fontes fossem confiáveis³⁸.

Ao estabelecer um determinado conjunto faz sua reconstituição a partir da enumeração de uma das fontes e de seu cotejo com os demais. Dessa forma, pelas anotações reunidas nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, nos *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim e na *História* de frei Vicente do Salvador, menciona as hortas, pomares e criações de animais domésticos existentes no país na virada do século XVI para o XVII, dando descrições concretas da produção de subsistência e daquela voltada para fins comerciais³⁹.

³⁶ Rodolfo Garcia. *Diálogos...*, p. 88.

³⁷ Idem, 141.

³⁸ Idem, p. 145-147.

³⁹ Idem, p. 247 e 305.

Toda a investigação feita por Rodolfo Garcia, em qualquer das vertentes consideradas, possui, portanto, um fio condutor teórico, como pressuposto, e metodológico, na sua aplicação, centrado na rigorosa avaliação das fontes e de sua compatibilização entre si. No plano teórico, a concepção do Estado, na matriz hobbesiana-hegeliana, é pré-condição incontornável, que dispensa qualquer outra reflexão de natureza epistemológica, que se tornaria subsumida pela macro interpretação. No plano metodológico, o enfoque, basicamente hermenêutico, é aperfeiçoado no campo heurístico.

Por esse motivo, se podemos concluir que se trata de uma perspectiva hermenêutica do conhecimento histórico, devemos, entretanto, afinar a perspectiva para precisá-la um pouco mais: trata-se do emprego sistemático de procedimentos heurísticos, no sentido comumente dicionarizado que os caracterizam como a pesquisa das fontes, manuscritas ou não, que são consideradas documentos históricos. Situação que procurava corrigir algo corrente na historiografia brasileira da época em que começara seus estudos, o fato de os autores se copiarem uns aos outros, sem maior cuidado com as fontes. Era o que dizia a Rodolfo Garcia outro historiador com idêntica preocupação, frei Clemente Bandemburger.⁴⁰ Aliás, o interesse do historiador potiguar pela objetividade fazia-o desconfiar, embora sem desconsiderá-las de todo, das fontes de caráter epistolar, pelo que abriam para a licença subjetiva.

Para completar o trabalho do historiador como hoje o compreendemos, trabalhe ele numa perspectiva hermenêutica ou analítica, vai-se além desses procedimentos heurísticos, quer como formulação intelectual da problemática, quer pelo uso de outro tipo de fontes – como os grandes números estatísticos, por exemplo, ou a pesquisa de categorias filosóficas em história intelectual. Mas essa perspectiva epistemológica não deve minimizar a contribuição da investigação heurística tradicional como a desenvolvida por Rodolfo Garcia, que atendeu aos objetivos a que se propôs e cuja contribuição incorporou indelevelmente ao conhecimento histórico quer um texto clássico da historiografia como a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, quer fontes absolutamente indispensáveis para o entendimento do que foi o Brasi, em especial no período colonial.

Foi a fidelidade a essa percepção que o circunscreveu ao trabalho erudito do estabelecimento dos textos e das informações básicas a partir de pressupostos que considerava autoevidentes, tanto teórica quanto metodologicamente. Permaneceu, assim, indiferente às

⁴⁰ Frei Clemente Brandemburger, Carta a Rodolfo Garcia, de 22 de janeiro de 1919, op. cit., p., 39.



sugestões para que realizasse uma obra de síntese histórica sobre o Brasil colonial, como entre outros lhe pedira frei Clemente Brandemburger⁴¹ – trabalho que apenas foi publicado postumamente, a partir da coleta das notas de aula do curso que ministrou sobre a história administrativa do Brasil, no curso de Museologia do Museu Nacional.

⁴¹ Idem, Carta de 10 de maio de 1932, op. cit., p. 82.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Francisco de Assis. Elogio de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 303, abr-jun 1974.

CALMON, Pedro. Prefácio. In Rodolfo Garcia, *Escritos avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

CORREA FILHO, Virgílio. Rodolfo Garcia no Instituto Histórico. *Jornal do Commercio*, 24 de novembro de 1949.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo-Brasília: Melhoramentos-UNB, 1978.

DIVERSOS. *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

GARCIA, Rodolfo. Livro das denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Ofício à cidade do Salvador. In *Escritos avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

_____. Dicionário de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas. *Revista do IHGB*, vol. 127, 1913.

_____. O Rio de Janeiro em 1923 conforme a descrição de Oto von Kotzebue. *Revista do IHGB*, vol. 134, 1916.

_____. O diário do padre Samuel Fritz. *Revista do IHGB*, vol. 135, 1917.

_____. A petição de Simão Estácio da Silveira. *Revista do IHGB*, vol. 137, 1918.

_____. A capitania de Pernambuco no governo de José César de Menezes. *Revista do IHGB*, vol. 138, 1918.

_____. Bibliografia geográfica brasileira. *Revista do IHGB*, vol. 139, 1919.

_____. Três mapas quinhentistas. *Revista do IHGB*, vol. 141, 1920.

_____. Alexandre Caldeleugh no Brasil. *Revista do IHGB*, vol. 144, 1921.

_____. Richard Grandscré: viajante francês no Brasil. *Revista do IHGB*, vol. 144, 1921.

_____. Glossário das palavras e frases da língua tupi. *Revista do IHGB*, vol. 148, 1923.

_____. D. Pedro II e as línguas americanas. *Revista do IHGB*, vol. 152, 1925.

_____. As viagens de D. Pedro II. *Revista do IHGB*, vol. 152, 1925.

_____. As órfãs. *Revista do IHGB*, vol. 192, jul-set 1946.

LIMA, Manuel de Oliveira. Rodolfo Garcia. In Oliveira Lima. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1971.

PEIXOTO, Afrânio. Prefácio, *Diálogos das grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956.

TAPAJÓS, Vicente et alii. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1993, vol. III.

TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. Prefácio. In Rodolfo Garcia. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.



WEHLING, Arno. *A invenção da História. Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: UFF-UGF, 1994/2001.
_____. *História, Estado, Memória. Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. O pensamento histórico de Américo Jacobina Lacombe. *Revista do IHGB*, vol. 380, jul-set 1993.

_____. A história em Pedro Calmon: uma perspectiva historista na historiografia brasileira. *Revista do IHGB*, vol. 404, jul-set 1999.

Wittkau, Annete. *Historismus: zur Geschichte des Begriffs und des Problems*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994.